

Superior Tribunal de Justiça

AgRg no HABEAS CORPUS Nº 508.074 - RJ (2019/0125398-0)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
AGRAVANTE : JEFERSON DE ARAUJO MIRANDA (PRESO)
ADVOGADOS : RICARDO CARVALHO BRAGA DOS SANTOS - RJ143420
CARLOS MAGNO VENCESLAU JUNIOR - RJ199344
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL EM *HABEAS CORPUS*. DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ART. 387, IV, DO CPP. TRIBUNAL DO JÚRI. HOMICÍDIO TRIPLAMENTE QUALIFICADO E QUADRILHA. PENA DE MULTA. UTILIZAÇÃO DO *writ* COMO SUCEDÂNEO DE UMA SEGUNDA APELAÇÃO DIRIGIDA A ESTE SUPERIOR TRIBUNAL. FALTA DE CABIMENTO. INVIABILIDADE NA VIA ESTREITA. INEXISTÊNCIA DE COAÇÃO ILEGAL MANIFESTA. RECURSO QUE NÃO INFIRMOU, DE FORMA ESPECÍFICA, OS FUNDAMENTOS DO *DECISUM* COMBATIDO. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 182/STJ. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. STF.

1. A insurgência não merece prosperar, haja vista a parte agravante não ter atacado, de forma específica, os fundamentos da decisão agravada, incidindo, no caso, a Súmula 182/STJ.
2. Além de não se admitir a utilização do *writ* como sucedâneo de uma segunda apelação dirigida a órgão superior, o Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça não admitem mais a utilização do *habeas corpus* como substitutivo do meio processual adequado, sejam recursos próprios ou mesmo a revisão criminal, salvo situações excepcionais.
3. A defesa técnica não formulou pretensão de afastamento da multa para reparação dos danos causados pela infração, nos termos do art. 387, IV, do Código de Processo Penal, o que também obsta o conhecimento do *writ* nesta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.
4. A violação de preceitos, de dispositivos ou de princípios constitucionais revela-se *quaestio* afeta à competência do Supremo Tribunal Federal, provocado pela via do extraordinário; motivo pelo qual não se pode conhecer do recurso especial nesse aspecto, em função do disposto no art. 105, III, da Constituição Federal.
5. Inexistindo elementos capazes de alterar os fundamentos da decisão agravada, subsiste incólume o entendimento nela firmado, não merecendo prosperar o presente agravo.
6. Agravo regimental improvido.

ACÓRDÃO

Superior Tribunal de Justiça

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Rogerio Schietti Cruz, Nefi Cordeiro, Antonio Saldanha Palheiro e Laurita Vaz votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 03 de outubro de 2019 (data do julgamento).

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator

